

CRÓNICAS DE CASCAIS

GUILHERME CARDOSO



CASCAIS
Câmara Municipal

CRÓNICAS DE CASCAIS

GUILHERME CARDOSO

CASCAIS

Um passeio diferente pela história da nossa terra	09
Um olhar de historiador e etnoarqueólogo sobre Cascais no distrito de Lisboa	11
01 – Arqueologia no sangue	13
02 – O primeiro ensaio de uma exposição	17
03 – Arqueologia	21
04 – Sepulturas rupestres de Cascais	25
05 – Contas de vidro e âmbar de Abuxarda e Talaíde (Cascais)	29
06 – Braceletes com cabeças de víbora da Antiguidade Tardia de Cascais	31
07 – Freiria, entre o mito e a lenda	35
08 – O prótomo de Freiria, São Domingos de Rana (Cascais)	41
09 – De uma brincadeira ao achado de um frango na panela	45
10 – A deusa Diana	49
11 – A deusa de Talaíde (São Domingos de Rana)	53
12 – O negro do Alto do Cidreira, Alvide (Cascais)	57
13 – A grade de ouro do Alto do Cidreira, Alvide (Cascais)	61
14 – <i>O phallus</i>	65
15 – A <i>villa</i> romana do Outeiro de Polima e Cabeço de Mouro	67
16 – Cetárias romanas de Cascais	71
17 – As covinhas e as lagaretas das Salgadas, Alcabideche	75
18 – O Castro de São Salvador, Cercal (Cadaval)	81
19 – O marabu ou morabito do Cercal (Cadaval)	85
20 – Alcabideche, uma localidade cujas origens se perdem no tempo	87
21 – Ibn Mucana	91
22 – A Quinta da Torre da Aguilha, São Domingos de Rana	95

23 – O Tesouro de Cascais	101
24 – O Convento Carmelita de Nossa Senhora da Piedade de Cascais	107
25 – A Igreja da Ressurreição de Cristo de Cascais	113
26 – A presença de cravo-da-índia em Cascais no século XVI	123
27 – Figura de proa de carraca	127
28 – O naufrágio da nau Salvação em Cascais	131
29 – Uma fotografia do palhagate dos pilotos da Barra do Tejo em Cascais	137
30 – Mós na Praia da Ribeira de Cascais	139
31 – O Mosteiro de Santo António do Estoril	143
32 – A Ermida de Santo Isidoro ou Isidro de Birre (Cascais)	147
33 – Cruzeiro da Cruz de Popa	151
34 – Mealha	155
35 – O chalé do Dr. Manuel Duarte, no Monte Estoril	159
36 – Rally-paper hípico promovido pelo embaixador dos EUA durante a I Guerra Mundial	161
37 – Túneis do Monte Estoril	165
38 – Monumento ao general espanhol Sanjurjo	167
39 – Quenena: um mundo rural de raízes arcaicas	169
40 – A produção de azeite em Cascais	171
41 – Ou morre o rei, ou o burro, ou eu	173
42 – Mina de carvão e pirite em Cascais	175
43 – O pseudo dólmen de Adrenunes (Sintra)	181
44 – Manchas de lapiás nos concelhos de Sintra e Cascais	187
45 – A extração de argila e a produção de cerâmica em Cascais	191

46 – O arrojão para o transporte de pedra (Sintra)	197
47 – Os Costas: uma família de canteiros	199
48 – Os canteiros Reis Cupido (Murches) e Francisco dos Reis (Alcabideche)	203
49 – O canteiro Filipe Borges, “o Rabina”	209
50 – O canteiro João Passaroco	213
51 – Os Clérigos: uma família de agricultores e de canteiros	219
52 – O canteiro “Caracol” de Trajouce	225
53 – Recordada greve nos anos 50 do século XX	229
54 – A Festa do Divino Espírito Santo	233
55 – A “Serração da Velha” em Alcabideche	239
56 – Saltar à fogueira em 1961, na antiga Rua Particular, Amoreira (Alcabideche)	243
57 – Assobios e outros brinquedos de barro	245
58 – D. Fernando Pombeiro, último administrador do concelho de Cascais durante a Monarquia	249
59 – Quem era Carlos Anjos?	253
60 – Por causa de um burro D. Afonso Henriques passou a ser conhecido pelo “Arreda”	257
61 – Histórias da História que a História não conta	263
62 – Enxertos testiculares realizados pelo Dr. Alberto Madureira	267
63 – O “Pardal” almocreve (Cadaval)	271
64 – O “Lipampas”	275
65 – O “Homem Macaco”	277
Bibliografia	281

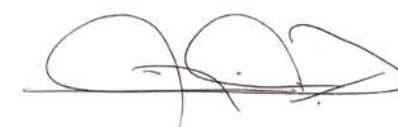
UM PASSEIO DIFERENTE PELA HISTÓRIA DA NOSSA TERRA

A identidade de Cascais alicerça-se nas memórias e tradições de uma comunidade com quase sete séculos de história que a Câmara Municipal tem sempre procurado honrar e preservar.

Neste livro de crónicas de Guilherme Cardoso, historiador e etnoarqueólogo que dedicou parte da sua vida ao estudo, salvaguarda e promoção do património cultural do nosso concelho, a história das pedras, edifícios e artefactos junta-se à das festas, tradições, pessoas e ofícios num profícuo diálogo entre o passado e o presente que oferece ao leitor uma nova visão sobre a evolução da nossa terra.

Esta recolha não constitui, assim, um inventário exaustivo, cronológica ou tematicamente ordenado de modo a evocar os principais momentos da história da comunidade desde os tempos mais remotos. Afirmar-se, antes, como uma coleção afetiva de instantes e de lugares que marcam, aos olhos do autor, o património cultural de Cascais, num sentido mais amplo, como expressão da alma das nossas gentes. Porque o que nos define não são apenas os edifícios de pedra e cal que legamos, mas também as memórias que partilhamos e os saberes que transmitimos, para que os gestos que nos caracterizam possam passar às gerações futuras.

As crónicas aqui reunidas convidam, assim, o leitor para um passeio mais intimista pelos lugares, tradições e personagens que moldaram a identidade de Cascais. Que estas reflexões e experiências possam inspirar novos olhares e despertar o desejo de conhecer, valorizar e proteger o que é de todos!



Carlos Carreiras

Presidente da Câmara Municipal de Cascais

UM OLHAR DE HISTORIADOR E ETNOARQUEÓLOGO SOBRE CASCAIS NO DISTRITO DE LISBOA

As notas que se compilam neste livro já foram publicadas em jornais ou na minha página do Facebook. Muitas tiveram aceitação por parte dos leitores que gostavam de as ver compiladas em livro.

Durante 18 anos, como arqueólogo da Assembleia Distrital de Lisboa, viajei por todos os concelhos que formam o espaço geográfico do Distrito de Lisboa.

Foi uma possibilidade única de enxergar na prática um território que só conhecia pela rama. Até aquele momento a minha região resumia-se ao espaço físico compreendido entre o Cabo da Roca e Belém, pelo que costumava dizer: “Lembranças da minha memória longínqua são os ventos da Azoia e a placa da rotunda de Algés, metade com ervas e a outra metade roçada”.

Foi através do conhecimento que detinha do território inicial que me foi possível realizar uma aprendizagem mais profunda sobre as populações da Península de Lisboa.

Maria Micaela Soares, em março de 1996, chamou-me à atenção para a importância que seria a nível pessoal o conhecimento de uma realidade mais abrangente que eu até aquele momento não detinha e de que não me apercebia, só possíveis através da mudança e afastamento do meu modo de olhar, analisando os assuntos sobre outros ângulos e novas perspetivas.

A experiência que detinha do território geográfico a ocidente de Lisboa tornou-se assim fundamental para fixar, através da fotografia e da análise, realidades iguais ou diferentes das que já conhecia.

ARQUEOLOGIA NO SANGUE

Foi há 50 anos que iniciei os meus trabalhos de prospeções arqueológicas em Cascais.

Decorria a Primavera de 1972, quando senti necessidade de me dedicar à arqueologia como amador. Diga-se que o mesmo já se tinha passado com a espeleologia, três anos antes.

Pouco ou nada sabia do assunto, a não ser que era uma ciência que possibilitava estudar o passado, nomeadamente a pré-história. O que eu sabia era pouco. Resumia-se ao que tinha lido em alguns livros e ao que vira nas vitrinas existentes em museus nacionais.

Em 1969, José d'Encarnação – mais tarde, meu professor no Secundário, na Universidade de Coimbra e coorientador da tese de doutoramento – contratou os serviços de meu pai para tirar fotografias a diversas epígrafes romanas, que se encontravam em aras guardadas no Museu Nacional de Arqueologia, para ilustrar a sua tese “Divindades Indígenas sob o Domínio Romano em Portugal”. Como trabalhava com o meu pai, acompanhei-o para o ajudar com a iluminação das aras.

Entre as diversas epígrafes havia um grupo de inscrições que era necessário fotografar e que se encontravam no piso superior do museu, onde estavam algumas vitrinas e, ao lado, uma grande mesa com várias taças de cerâmica repletas de pontas de seta e lâminas de sílex. Um encanto e um espanto!

Anos antes (1957/8), os meus pais haviam feito umas férias em Beja. No meio das conversas dos adultos, ouvi falar de um museu existente na cidade. Lembro-me de ter pedido ao meu pai para o ver, ao que ele anuiu e lá me levou. Da visita ficaram-me registadas as salas de etnografia alentejana, exposição montada por Abel Viana, então diretor do Museu.

Depois disso, recorde-me de percorrer diversos sítios arqueológicos do país, sempre com um olhar atento ao passado.

Em Évora, durante as férias que por lá passei com a minha avó Maria, visitei com ela o templo romano, a Sé e mais algumas igrejas. Subi ao velho muro da cerca, que na época estava parcialmente em ruínas e percorri parte do troço, a poente da Porta Velha da Lagoa. Mais tarde, o pano de muralhas foi restaurado, acrescentando alguns metros e foi rematado o topo, com os merlões que ainda hoje lá se podem ver.

Mas foi o ano de 1972 que me fez mexer, no sentido de me dedicar à arqueologia. Conhecia a Sala de Arqueologia do Museu Condes de Castro Guimarães, onde estavam expostos os materiais das Grutas Naturais do Poço Velho, das Grutas Artificiais

de Alapraia e de São Pedro do Estoril. Como não havia ainda frequentado nenhum curso superior decidi olhar para os objectos que se guardavam nas vitrinas da sala de Arqueologia, tentar decorar o tipo de materiais e, de seguida, sair para o campo à procura de outros semelhantes.

Conhecia bem os terrenos onde existira o antigo Casal do Geraldo e o lapiáz a sul dos Alamos, Alcabideche, o qual sempre me tinha deixado intrigado pelas suas estranhas formas calcárias, carcomidas pelo tempo.



Lapiáz dos Alamos para o Casal do Geraldo

É evidente que assim que coloquei os olhos no chão, nos campos ao redor da zona do Geraldo, o sílex e os fragmentos de cerâmica Pré-Histórica e de Época Moderna destacaram-se. Sucessivas prospeções possibilitaram inteirar-me que, ao redor da zona descrita, existiam vestígios de vários períodos que abrangiam diversas épocas, desde o Paleolítico até à Época Moderna.

Como não sabia distinguir os objetos, a sua utilidade e época, perguntava a D. António de Castelo Branco, que morava na Rua da Vista Alegre, em Cascais e que conhecia desde o tempo da espeleologia, quando me dirigia à Câmara de Cascais para pedir emprestadas as chaves das Grutas de Alvide e do Poço Velho para fazer uma visita ao seu interior. D. António era vice-presidente da Câmara Municipal, cargo que acumulava com o pelouro da Cultura, no tempo em que um cidadão podia subir as



Utensílios de sílex encontrados na zona do lapiáz dos Alamos

escadas dos Paços do Concelho, dirigir-se a um dos contínuos de serviço e pedir para falar com o vice-presidente, sendo atendido logo de seguida. Dias depois das recolhas, passava por casa dele e tinha as indicações do que se tratava. Soube, mais tarde, que D. António enviava as peças para os Serviços Geológicos (onde tinha sido diretor) para Octávio da Veiga Ferreira e Georges Zbyszewski que, na volta, o informavam.

O sistema durou alguns meses, até que D. António me aconselhou a dirigir aos Serviços Geológicos para falar com aqueles geólogos, que, a partir daí, cuidaram da minha formação inicial como amador de arqueologia.

No ano seguinte fiz o curso de “Iniciação à Arqueologia”, no Centro Piloto de Arqueologia, no antigo Palácio da Rosa, na Mouraria. De 17 a 23 de dezembro de 1973 participei no III Colóquio Nacional Juvenil de Arqueologia, no antigo Casino do Estoril, onde apresentei uma comunicação sobre “Duas recentes descobertas arqueológicas no concelho de Cascais”. Falei dos materiais pré-históricos que tinha recolhido à superfície dos terrenos lavrados dos sítios da Ribeira da Caneira, Casal do Geraldo e Saibreiras, a sul de Alcabideche, e na Quinta do Serigado, em Talaíde.

Foi sob tensão que falei pela primeira vez para uma plateia repleta de pessoas, maioritariamente de jovens, referindo os três primeiros sítios que tinha pesquisado no ano anterior. Falei dos materiais do Neolítico Final, fundamentalmente das peças de sílex, machados de pedra polida e mós manuais de arenito. Fechei o discurso citando a Quinta do Serigado, em Talaíde, que localizara em 22 de abril, já naquele ano, numa zona de terrenos lavrados junto à margem direita da Ribeira das Parreiras e, mostrando os artefactos do Paleolítico talhados em calhaus rolados de quartzito e sílex. Referi, ainda, os materiais da Idade do Bronze, onde sobressaíam os elementos de foice de sílex e as cerâmicas carenadas, tão típicas daquela época.

Não fiz, então, qualquer escavação arqueológica nos referidos sítios. A primeira seria em 1975, com João Luís Cardoso, na Necrópole visigótica de Talaíde, com autorização da Junta de Educação Nacional, pois estava então em perigo de ser destruída. Em 1977 e 1980-1982 voltei a proceder a escavações, então com José d’ Encarnação na villa romana do Alto do Cidreira, em Alvide, e, em 1984, com autorização do IPA, no Casal do Geraldo, no Estoril, onde foi possível identificar o que restava das paredes e de um piso lajeado do século XVI.

Em 1991, por proposta do saudoso amigo João Cabral, a Câmara Municipal de Cascais achou por bem publicar a *Carta Arqueológica do Concelho de Cascais*, com a prestimosa ajuda de Severino Rodrigues e Mário Botequilha, onde foram incluídos estes sítios, que, devido a diversas vicissitudes, já desapareceram ou estão em vias de desaparecer, após a sua identificação, ficando como memória de um passado longínquo de quem por cá nasceu, viveu e morreu.

O PRIMEIRO ENSAIO DE UMA EXPOSIÇÃO

Durante as minhas habituais buscas no meio das milhares de fotos que tenho arquivadas passei por três diapositivos de cuja existência já me havia esquecido.

O tema é a primeira exposição ou mostra que realizei sobre arqueologia de Cascais. Foi nas instalações do GIPA (Grupo de Instrução Popular de Amoreira), em 1975 ou 1976.



Momento após a inauguração da exposição

Mostram as recolhas que fizemos à superfície dos terrenos lavrados nas margens da Ribeira da Caneira, entre Alcabideche e Amoreira, com alguns materiais do Paleolítico, Neolítico e Calcolítico. Provinham da área norte de Talaíde, onde os terrenos negros do manto basáltico da região de Lisboa se encontram peçados de ferramentas líticas do Paleolítico, fora de contexto, devido a milhares de anos de cultivo. Já os terrenos de Miroiços de Manique, com os seus vestígios do Paleolítico, Idade do Bronze, Ferro, período Romano e Antiguidade Tardia, revelaram uma permanência humana fora do habitual e mais alguns sítios disseminados pelo concelho de Cascais. Desse conhecimento adquirido através da experiência resultou, em 1991, a edição da *Carta Arqueológica de Cascais*.

A minha formação inicial em Arqueologia foi inteiramente amadora, devido à grande curiosidade que nutria sobre o tema. É evidente que ao longo dos primeiros anos tive alguns mestres e socorria-me dos livros existentes nas bibliotecas e que podia comprar.

Residir em Cascais tem coisas muito boas, mas também trabalhava em Cascais, “longe” de Lisboa onde tudo é mais central. De realçar que não me estou a queixar de estar a 30 quilómetros da capital, porque tive a noção exacta do que é estar longe dela, quando cumpri o serviço militar.

Fiz parte de um dos grupos de dinamizadores culturais do MFA, em Moimenta da Beira, na Beira Alta, durante o mês de março de 1975. Diga-se, em abono da verdade, que ninguém no grupo fez política partidária, embora alguma população pensasse que era um grupo de comunistas. Observei então, em concreto, as dificuldades que as populações do interior do país têm longe de Lisboa, ou do “Terreiro do Paço”. Um simples pedido demorava seis meses a ser respondido por ofício e eram necessários anos de troca de correspondência para resolver uma coisa que em Lisboa seria resolvida em meia dúzia de dias.

Era, pois, a exposição realizada no GIPA uma tentativa de transmitir um pouco do conhecimento que tinha adquirido aos meus conterrâneos, de modo a, através da observação, verem a importância do estudo da arqueologia na história local.

Um primeiro obstáculo foi conseguir vitrinas para expor, mas a Junta de Turismo da Costa do Estoril lá nos emprestou dois expositores onde acondicionei algumas peças que tinha recolhido.



Vitrina com materiais da Pré-História



Vitrina com materiais romanos

Aprendi então uma lição. Não tentar dar aos outros aquilo que eles não querem ou não entendem.

Já teria passado uma semana que a exposição estava patente quando, uma noite, passei por lá. Um dos meus vizinhos, da nossa geração, começou com uma conversa que inicialmente não estava a entender, levando-me para junto das vitrinas, dizendo por fim: “Olha! Recolhemos uns cacos que pensamos que são muito antigos”.

É evidente que olhei e pasmei. Tinham levantado o vidro de uma vitrina e colocaram lá dentro alguns fragmentos de um vaso de flor.

Só em 1979 é que voltei a fazer uma exposição. Foi sobre os “Moinhos de Vento do Concelho de Cascais”, a pedido da então direcção, na Sociedade de Propaganda de Cascais.

ARQUEOLOGIA

A origem da palavra Arqueologia é grega e provém da aglutinação de duas palavras: “archaios”, antigo e “logos”, tratado. É, no fundo, a ciência que estuda o antigo.

Embora tenha como finalidade recriar História, difere no estudo daquela ciência que se baseia normalmente em documentos escritos, fotografias e descrições orais, para a sua análise. Para a Arqueologia qualquer vestígio material antigo é um documento de análise, servindo para interpretar os acontecimentos do passado de que não se possuem descrições, possibilitando, assim, recriar a história das sociedades passadas.

Através da História pode-se fazer a biografia de uma pessoa ou a análise de uma sociedade. Em Arqueologia só se pode falar em sociedades e culturas do passado sem nunca particularizar o indivíduo, mesmo quando estamos a falar dos restos humanos encontrados numa sepultura de quem se sabe o nome, a idade e o “status”. Para o arqueólogo, a análise de uma tumba faz-se através do contexto material sepulcral, habitualmente integrável numa determinada sociedade, com costumes e cultura própria, sem se poder individualizar inteiramente o defunto, pois os objectos que são encontrados junto aos seus restos fazem parte, normalmente, da sua época e ali foram colocados por outros homens que lhe fizeram o moimento, bem como o epitáfio que o identifica (Alarcão, 1996: 15).

Os primórdios da arqueologia em Cascais

A arqueologia aparece em Cascais, como ciência, no século XIX, através de dois investigadores: Carlos Ribeiro e Francisco de Paula e Oliveira, estando o primeiro ligado à pré-história e o segundo à antropologia e aos períodos romano e medieval.

É, no entanto, Francisco de Paula e Oliveira que refere pela primeira vez a existência da Gruta I de Alapraia (1888/92: 85-92).

Em 1897, José Leite de Vasconcelos publica na sua obra *As Religiões da Lusitânia*, volume I, uma gravura onde se pode ver um jovem salão de barrete na cabeça, no corredor daquela gruta e refere a existência de mais moimentos idênticos nas redondezas.

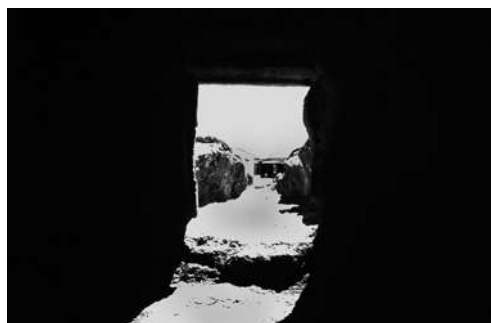
Alapraia torna-se, a partir dos meados da década de 1930, num dos locais mais referenciado pelos arqueólogos que estudam o período do Calcolítico, na sua fase final, onde se integra a cultura do vaso campaniforme.



Gruta I de Alapraia, 1897



Gruta I de Alapraia



A Gruta I de Alapraia ou o sepulcro I, escavado nos calcários brandos do terciário que durante anos tinha sido a única referência do local, deixou de ser o único exemplar daquele tipo de monumentos na localidade, com a descoberta de outras três.

Embora a tradição popular afirmasse que existiam mais e continue a dizer-se o mesmo na actualidade, nada tinha sido confirmado antes da descoberta fortuita da Gruta II, durante os trabalhos de alargamento de uma das ruas da localidade.



Gruta II de Alapraia

Atentos, não só Afonso do Paço e o padre Jalhay que a escavaram, mas também uma população autóctone que soube divulgar o achado, na época, de modo a que a notícia chegasse aos ouvidos da administração local, que se interessou pelo caso e informou os interessados. Esta conquista momentânea do património, obrigou a que a estrada se mantivesse estreita até aos dias de hoje.

A arqueologia como empecilho

As grutas que levaram longe o nome de Alapraia tornaram-se, para alguns habitantes, um quisto na povoação, um empecilho, um vazadouro de lixo na acepção da palavra. Mais tarde, segundo alguns moradores mais idosos, na Quinta das Grutas, em Alapraia, foram descobertas ruínas romanas. As consequências, foram a sua destruição, a mando do proprietário, para evitar que não o autorizassem a construir no local. Felizmente decorre um projeto de recuperação promovido pela autarquia com vista à musealização das Grutas e do Casal Saloio de Alapraia.

Outra das histórias que se conta na tradição arqueológica é o arrasar de outra gruta artificial, em S. Pedro do Estoril, muito perto do local onde estão os sinais luminosos. Essa gruta terá sido destruída quando se procedia às terraplanagens para a construção da Estrada Marginal. Não sabemos ao certo se só foi Veiga Ferreira que nos contou o sucedido, ou se também foi D. António Castelo Branco. Recordo-me de duas versões ligeiramente diferentes: a primeira que o empreiteiro da obra, quando soube do achado, mandou logo tapá-lo, pelo que terá sido admoestado pelo Eng. Duarte Pacheco; a outra, que terá sido Duarte Pacheco a mandá-la destruir, para não atrasar os trabalhos.



Taça de pé alto, Gruta I de São Pedro do Estoril



Visita guiada por O. Veiga Ferreira à Gruta I de São Pedro do Estoril, 1973

Duas maneiras diferentes de encarar o património arqueológico: uma como sendo de todos, outra, apenas de interesse particular.

Para finalizar, podemos dizer que o empreiteiro da Marginal, com quem se passou o caso, terá falecido antes de a estrada ter chegado a Cascais, e que, Duarte Pacheco morreu pouco tempo depois da sua conclusão.

SEPULTURAS RUPESTRES DE CASCAIS

Já lá vão os longínquos anos de 1966 e 1967. O existencialismo corria-nos nas veias, fervilhando o sangue adolescente.

À noite, sentados sobre uma rocha, com o feitio de um banco, que dominava todo o vale da Ribeira da Caneira, perscrutávamos o céu estrelado, onde, devido ao afastamento das habitações e da luz emanada dos candeeiros de iluminação pública, era possível apreciar todo um Universo estrelado que nos dizia quão pequenos somos para tanta grandeza.

Procurávamos encontrar, como todos com essa idade procuram, a razão do ser, do existir, sem nunca obter respostas que completem esta eterna questão do foro da metafísica.

Foi em 1972 que nos iniciámos em arqueologia. A espeleologia e a geologia tinham-nos despertado a atenção para outra realidade que eram os consubstanciados vestígios humanos do passado.

Visitámos, em determinado dia, a Sala de Arqueologia do Museu Condes de Castro Guimarães, em Cascais, olhando fixamente os artefactos pré-históricos contidos nas vitrinas, de modo a decorar o aspecto do sílex e das cerâmicas. Depois, saímos para a primeira prospecção arqueológica, para ver se encontrávamos algo.

O local escolhido, e que sempre nos deixou muitas interrogações, foi exactamente aquele sítio na margem esquerda da Ribeira da Caneira, a sul de Alcabideche, onde recolhi, então, lascas de sílex e fragmentos de cerâmica.

Só no ano seguinte consegui entender o que era aquele “banco”, onde tantas vezes nos sentáramos: uma sepultura rupestre medieval.

Junto a ela, o antropólogo Francisco de Paula e Oliveira, em 1880, registou a presença de uma lagareta (tina escavada na rocha local que teria a função de lagar ou outra). Mais tarde, na segunda década do século XX, Félix Alves Pereira voltou a relocar a mesma lagareta, mas já se encontrava degradada.

Ambos deixaram escrito que a referida lagareta ficava no Casal do Geraldo, que era no lado norte do actual Bairro de Santo António do Estoril.

Procurámos encontrá-la durante anos, mas nunca conseguimos. Desaparecera, possivelmente devido a ter existido naquele local uma exploração de saibro, aproveitando o afloramento de arenito onde estavam abertas a lagareta e a sepultura.

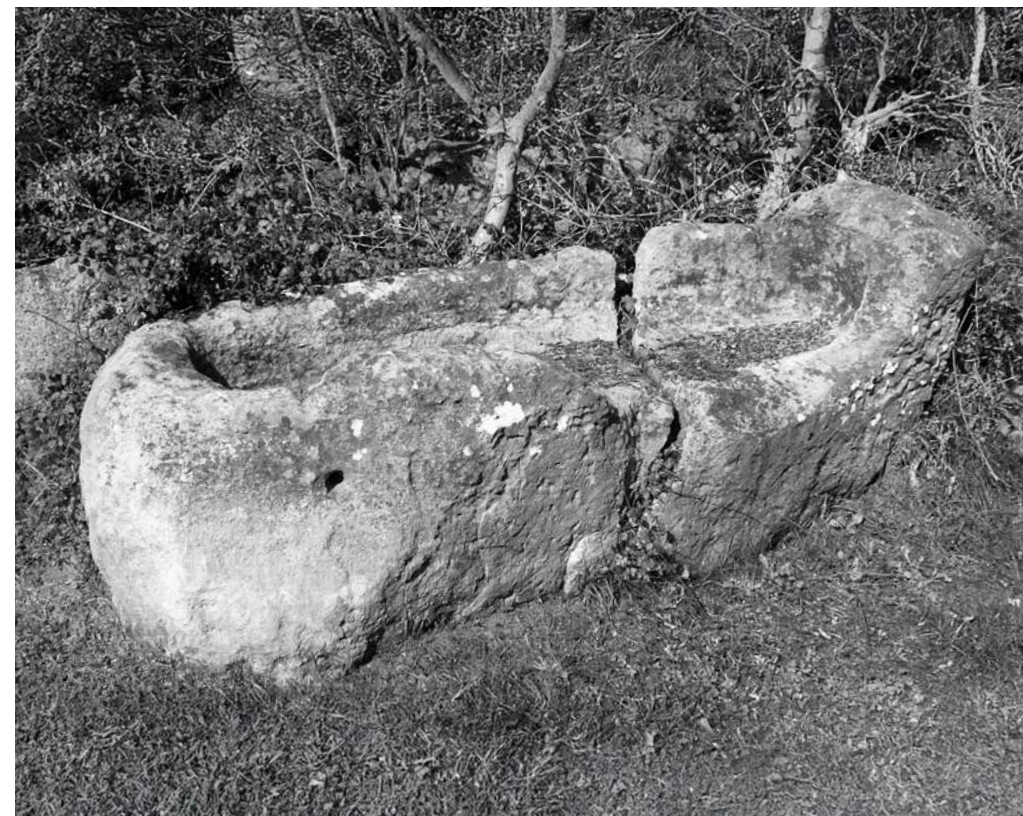
Não sabemos a razão por que nenhum destes arqueólogos referiu a sepultura rupestre do Casal do Geraldo, mas fizeram-no num noutro caso, a sepultura rupestre de Zabrizes, a sul de Bicesse e que lá continua inserida no jardim da urbanização construída nos inícios do século XXI.



Sepultura rupestre do Casal do Geraldo

A sepultura rupestre do Casal do Geraldo desapareceu com a urbanização no sítio durante a década de 80. Parte da tumba ficou no interior da habitação e, a outra, no corredor de acesso às traseiras da casa.

Este tipo de sepultura pode aparecer isolada ou em grupo, como é o caso do conjunto existente na Igreja do Senhor da Boa Morte, em Vila Franca de Xira.



Sepultura rupestre de Zabrizes, Pau Gordo

Os dados conhecidos para o Casal do Geraldo apontam para a existência de mais sepulturas nas redondezas, mas abertas em covacho. No caso de Zabrizes, tanto Paula e Oliveira como Félix Alves Pereira fizeram escavações e, no lado nascente, encontraram um grande cemitério, que não conseguiram datar por não haver qualquer espólio. A Associação Cultural de Cascais também por lá escavou um casal de época Islâmica, nos inícios deste século.

As datas propostas para este tipo de tumba por diversos arqueólogos apontam para que tenham sido abertas na rocha entre os séculos IX e o XII, o que nos leva a sugerir que estamos em presença de monumentos funerários moçárabes (cristãos sob o domínio Islâmico da Península).

CONTAS DE VIDRO E ÂMBAR DE ABUXARDA E TALAÍDE (CASCAIS)

Quando Francisco de Paula e Oliveira, na segunda metade do século XIX, percorreu o concelho de Cascais à procura de vestígios arqueológicos, escavou uma necrópole nas Meroeiras, a norte da Abuxarda, datada de entre o Baixo-Império romano e o fim do período Visigótico recolhendo, no meio dos esqueletos existentes em algumas sepulturas ali encontradas, algumas contas de colar de vidro e de âmbar.

Na Primavera do ano de 1975, aquando de uma prospecção que realizávamos a norte da aldeia de Talaíde, identificámos uma necrópole do mesmo período. A urgência da escavação levou a que se procedesse rapidamente à operação de forma a evitar a sua completa destruição, devido às obras de uma urbanização que ali decorria. Os trabalhos de arqueologia então realizados possibilitaram, entre outras coisas, voltar a descobrir contas de colar numa sepultura onde se encontravam restos de dois indivíduos. As contas eram de vidro e âmbar e encontravam-se na zona das vértebras da cervical de um esqueleto do sexo feminino.

Se as contas de vidro são usadas desde a Idade do Ferro como ornamento, já as contas de âmbar são usadas desde a pré-história como fonte de protecção mágica.

O âmbar era utilizado habitualmente em colares colocados em contacto com a pele, por baixo da roupa, de forma a proteger quem os usava de doenças e de influências negativas.

Na foto temos algumas das contas de colar das Meroeiras e de Talaíde que estiveram expostas no Museu Nacional de Arqueologia, em 2005, na exposição: *A Presença Romana em Cascais. Um Território da Lusitânia Ocidental*.



Contas de vidro e âmbar das necrópoles das Meroeiras e de Talaíde

BRACELETES COM CABEÇAS DE VÍBORA DA ANTIGUIDADE TARDIA DE CASCAIS

Em 2005 esteve patente no Museu Nacional de Arqueologia a exposição *A Presença Romana em Cascais*, em que estiveram expostas peças provenientes de escavações arqueológicas do concelho de Cascais, desde a Idade do Ferro até à Antiguidade Tardia.



Bracelete com cabeças de víbora, recolhida numa tumba escavada no norte do Iraque

De entre todos os conjuntos, o das peças da Antiguidade Tardia foi aquele que mais prazer nos deu expor. Era uma colecção de objectos provenientes de escavações arqueológicas efectuadas em vários sítios de Cascais. Encontravam-se ali reunidas peças recolhidas por Francisco de Paula e Oliveira e Carlos Ribeiro, durante as décadas de 70 e 80 do século XIX, por Afonso do Paço e Fausto do Amaral Figueiredo, em

1940. Por último, tínhamos um grupo significativo de artefactos que recolhemos com João Luís Cardoso, em 1975, e outro com José d'Encarnação, entre 1999 e 2002.



Braceletes com cabeças de víbora, de Talaíde e de Abuxarda

Hoje apresentamos três pulseiras de liga de cobre, decoradas com cabeça de víbora que estiveram na exposição. Duas delas são da necrópole de Talaíde, recolhidas, em 1975, nos pulsos esquerdos de duas jovens, e a terceira é proveniente da necrópole das Meroeiras, Abuxarda, da escavação realizada na década de 1880, por Francisco de Paula e Oliveira. São peças que se encontram datadas entre os finais do século IV a finais do século V d.C.



Pormenor de um baixo-relevo persa onde se vê representado um bracelete com cabeças de víbora

O uso deste tipo de adorno é bastante antigo. Já se encontraram exemplares semelhantes no Médio Oriente, nomeadamente da civilização assíria. Na Europa são mais comuns em contextos romanos e visigodos.

A produção de pulseiras com cabeças de serpentes ainda hoje se encontra patente tanto na ourivesaria como em bijutaria. É utilizada como amuleto para o seu portador.

Segundo as crenças populares, a cabeça de serpente é poderosíssima contra os males de inveja, má sorte e protege a saúde.

Quando há 40 anos estive no Gerês, vi em cima de uma banca de uma vendedeira, na berma da estrada em frente das Caldas do Gerês, cabeças de víbora dentro de frascos com álcool, à mistura com vários minerais e plantas medicinais. Segundo me disseram, era para dar sorte a quem as possuía. Trazia dinheiro e abençoava a casa.

FREIRIA, ENTRE O MITO E A LENDA

Há narrativas que são transmitidas oralmente ou por escrito, para as quais temos dificuldade em encontrar explicação, mas, se nos debruçarmos melhor sobre o assunto, podemos vislumbrar muito bem a sua origem, mesmo quando estamos a uma longa distância temporal da ocorrência.

O mito é uma história inteiramente criada no abstracto, enquanto a lenda tem por norma origem na realidade vivida e entretanto perdida, passando de boca em boca durante séculos.

É evidente que já se sabe que «quem conta um conto acrescenta sempre um ponto»: só não sabemos quantos e quais.

De entre as lendas que temos ouvido, no concelho de Cascais, há duas ligadas aos campos de Freiria, na freguesia de São Domingos de Rana.

A primeira já era conhecida no século XVI ou XVII. Refere-se ao aparecimento de Nossa Senhora da Conceição da Abóboda a uma pastorinha, quando guardava o gado. A pastorinha estava com fome e pediu à Senhora algo para comer. Esta disse-lhe não ter nada para lhe dar, mas que fosse pedir aos campos de Freiria, que ficava mais para sul, a dois quilómetros de distância, porque ali encontraria uma senhora a cozer pão.

Quando chegou a Freiria, deparou-se com uma padeira a quem pediu pão. Esta, condoída, tirou um pouco de massa e colocou-a no forno. Passado um pouco, a pequena bola transformara-se num grande pão.

A padeira pensou que tinha errado na quantidade de massa e voltou a retirar um pedaço mais pequeno que voltou a colocar no forno, saindo um pão ainda maior que o primeiro.

Estranhou a padeira e perguntou à menina quem indicara que fosse a Freiria pedir pão, ao que a menina disse que fora uma Senhora muito linda que tinha encontrado nos montes a norte de Freiria. Mais tarde, alguns saloios quiseram ver o sítio onde a pastora disse que vira a Senhora. Ao chegarem lá encontraram uma imagem de Nossa Senhora da Conceição, escondida num buraco, a que atribuíram o milagre, passando a venerá-la.

A segunda lenda ainda é mais estranha, por estar ligada a um mito. Ouvimos uma primeira versão a um saloio de Talaíde e, mais tarde, a uma saloia que morava no Casal do Cassanito, em Trajouce.

Ambas as versões contavam uma trágica história de amor entre uma moça do Casal de Freiria e um moço de Caparide ou Alapraia.

Segundo a lenda, a moça morava no Casal de Freiria, com os pais e mais irmãos. Tinha-se enamorado de um rapaz que o pai e os irmãos não gostavam. Assim decidiram fazer-lhe uma espera, um dia.

Era noite escura quando o jovem lá chegou para namorar e não se apercebeu que por detrás de um dos muros estavam armados o pai e os irmãos da moça, que abriram fogo sobre ele e o fuzilaram logo ali.

Passados anos, os assassinos morreram e, a partir daí, o Casal de Freiria passou a ser “medonho” por causa das almas penadas dos assassinos.

Tentámos saber da história do crime de Freiria e perguntámos ao amigo Celestino Costa, canteiro e natural de Polima, se sabia alguma coisa de um crime ocorrido em Freiria, ao que me retorquiu que não, mas contou-nos que numa noite de luar estava em Polima quando reparou numa cruz que estava aberta a escopro na laje do afloramento de calcário do caminho. Perguntou então a um familiar o que significava.



Ermida da Conceição da Abóboda, 1942
Fotografia de João da Cruz Viegas

Aquele contou-lhe que a cruz marcava o sítio onde tinha sido assassinado o tio “Matesico”, que morava no Casal de Freiria.

Ainda não estávamos satisfeitos com as histórias que nos contaram. Se havia pessoas que conheciam a lenda a três quilómetros de distância do sítio, porque é que nenhum morador de Polima sabia?

Em 1998, encontrámos o Sr. Paraíso, com cerca de 80 anos, antigo rural de Polima, à porta de sua casa.

Perguntámos-lhe, então, se conhecia a história das almas penadas que apareciam em Freiria, devido a um crime que ali teria sido cometido.

Respondeu-me que estávamos errados pois não tinha havido nenhum crime em Freiria e contou-nos então a versão que tinha ouvido da boca de sua avó.

Segundo a lenda, não se podia passar à meia-noite, na zona da ponte, da estrada municipal do Outeiro para Polima, construída sobre o leito da Ribeira de Freiria, pois existiam “medos” que enlouqueciam quem por ali passasse àquela hora, deixando de saber quem era e onde estava.

Explicações

Ora a primeira lenda diz que em Freiria havia uma padaria. É verdade. A *villa* possuía uma, e mais, tinha simplesmente o maior celeiro que se conhece da Península Ibérica, de época romana. Pão era o que não faltava nos campos de Freiria. A ligação à Nossa Senhora da Conceição da Abóboda é feita de uma verdade a que se associou um mito.

A segunda lenda, não tem nada a ver com um crime, mas sim com a área onde dizem que aparecem almas penadas. Nesse local existiu uma necrópole, onde eram sepultados os habitantes romanos de Freiria. Encontra-se na margem oposta às instalações da *villa*.



Padaria de Freiria com o seu forno



Mó da padaria de Freiria



Celeiro de Freiria

Quando o Sr. Paraíso referiu que a pessoa que por lá passasse à noite deixava de saber quem era e onde estava, fez-se luz na nossa cabeça. Nesse momento apercebemo-nos que estávamos perante a antiquíssima lenda de Caronte.

Caronte é, na mitologia grega e romana, o barqueiro de Hades que transporta as almas das pessoas, quando morrem, sobre o Rio Estige e Aqueronte, para o mundo dos mortos. Exige às almas uma moeda para pagar a viagem. Quando não tinham condições para pagar a quantia, ficavam a vagar pelas margens do rio durante cem anos, atormentando os vivos que por lá passavam.

Interessante é que em 1998, quando estávamos a escavar as sepulturas da necrópole, apareceu por lá um habitante do Outeiro, com 38 anos, para ver as sepulturas, porque lhe disseram que ali tinham aparecido um cemitério e não estava a acreditar.

Curiosamente reparámos que tremia, e contou-nos então a sua história.

Quando tinha 8/10 anos, costumava acompanhar o pai na ceifa das searas de trigo que se estendiam para sul de Polima. Quando o Sol se começava a pôr, o pai mandava-o para casa. Sozinho, no regresso, ia dar uma volta maior do que a necessária, de modo a não passar sobre a ponte da Ribeira de Freiria por onde seguia o caminho mais curto para o Outeiro. A razão era a já mencionada. Ouvira dizer que ali ninguém podia passar à noite sem se perder e enlouquecer.

Interessante é o facto de os habitantes da zona terem ainda hoje a noção da existência de lendas que remetem para factos e mitos da época romana, desconhecendo a existência de qualquer necrópole encontrada em 1998 e de uma antiga m destruída há cerca de 1600 anos, identificada em 1989.



Escavação da necrópole de Freiria, 1998

O que leva a confirmar que, certamente, parte dos naturais de Polima e Outeiro são descendentes dos romanos que viveram nos campos de Freiria há mais de 2000 anos e que, oralmente, foram transmitindo de pais para filhos, os conhecimentos de quem ali tinha vivido e morrido.